

**ATA**

Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Alexandra Parada Barbosa Gesta, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador César Machado** – Destacou uma medida governamental anunciada que visa a instalação obrigatória de equipamentos de desfibrilhação automática externa, recordando que Guimarães já assim procede há cerca de 7 anos, sendo a única cidade do país que dispõe deste equipamento nas principais infraestruturas da cidade. Referiu, a propósito, o trabalho pioneiro do Rotary Club de Guimarães e do médico Vítor Sanfins na implementação do programa de disponibilização, sem custos, de desfibriladores a diversas instituições do concelho de Guimarães.

**2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Fez a sua intervenção sobre o concurso da Cooperativa Tempo Livre para a contratação de licenciados em Desporto para as Atividades Extra Curriculares, nas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de

Guimarães, para o ano letivo 2012/2013, lendo, em voz alta, um documento cujo teor a seguir se transcreve: "A Tempo Livre, empresa do município de Guimarães, abriu concurso público para contratação de Licenciados em Desporto para as Atividades Extra Curriculares, nas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Guimarães, para o ano letivo 2012/2013. Este concurso apresenta na fórmula de graduação de candidatos dois critérios de avaliação inconstitucionais, porque flagrantemente discriminatórios: - LR – Local de Residência, penalizando quem não reside no concelho de Guimarães e penalizando mais ainda quem não reside no distrito de Braga; viola-se assim a igualdade de direitos no acesso ao trabalho; - Voluntariado Desportivo – critério que beneficia os candidatos dispostos a prestar de forma "voluntária" e gratuita, serviço para a Cidade Europeia do Desporto 2013. E aprofunda-se a discriminação com uma tabela de horas e respetiva classificação deste trabalho não pago, pontuando mais quem mais horas puder dar. Este Voluntariado à força implica um compromisso de honra, e uma penalização em futuros concursos para colocação nas AEC, caso não sejam cumpridas as horas prometidas (Nota Explicativa, página 3, 1º parágrafo). Sublinhando a inconstitucionalidade dos dois parâmetros atrás referidos, há que considerar o seguinte: - em primeiro lugar o concurso para colocação de professores nas Atividades Extra Curriculares do 1º ciclo do ensino básico nada tem a ver com o Voluntariado Desportivo para a Cidade Europeia do Desporto 2013; - o critério Voluntariado Desportivo parece constituir uma vergonhosa chantagem sobre os candidatos. Lamentavelmente, nos difíceis tempos que vivemos no acesso ao emprego, e em particular os mais jovens, temos um concurso público que se aproveita da necessidade dos cidadãos, para



conseguir deles trabalho de graça em troca de um hipotético emprego. E este é um critério que, independentemente do seu peso na fórmula, beneficia quem estiver disposto a trabalhar mais tempo de graça em troca de um emprego, com um contrato muito limitado no tempo. O que está em causa não é o seu peso relativo na fórmula de graduação de candidatos, mas é a flagrante discriminação. Por outro lado é a perversão dos princípios do Voluntariado, e não pode ser este o caminho da valorização do papel social do cidadão e não é o caminho da promoção da cidadania ativa. Estes dois critérios não são só inconstitucionais, mas considero-os imorais e desonrosos para a instituição implicada, a Tempo Livre, e consequentemente desonrosos e indignos para o Município de Guimarães, e que mancharão indelevelmente a Cidade Europeia do Desporto 2013, que vai contar com voluntários à força, porque se candidataram a um emprego. Não há outro caminho que não a sua eliminação, repondo a dignidade do concurso e salvando a honra da Câmara Municipal de Guimarães, evitando assim manchar a Cidade Europeia do Desporto 2013".-----

**3 – Vereador José Manuel Antunes – a)** – Disse que em ano da Capital Europeia da Cultura, em que a requalificação urbana tem sido um aposta, o Município deveria intervir no alto da Senhora dos Montes, em Serzedelo, sugerindo que fosse concluída a intervenção neste espaço, considerando a sua importância para as populações residentes nesta freguesia e nas freguesias vizinhas; **b)** – Considerou incoerente a atuação do Presidente da Câmara no que respeita aos critérios de aceitação de propostas fora da ordem do dia, concretizando que os vereadores do PSD quiseram hoje apresentar um voto de louvor ao Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil", pela sua ascensão à 1ª Divisão Nacional na

modalidade de Futsal, o que não foi aceite pelo Presidente da Câmara, quando, na reunião de Câmara de 5 de julho último, o Vereador César Machado apresentou, no mesmo período, um voto de louvor ao Capitão Gonçalo Amado, tendo sido aceite e votado pelo Executivo. -----

**4 – Vereadora Francisca Abreu** – Fez a uma intervenção sobre a oferta educativa no concelho de Guimarães para o próximo ano letivo, lendo, em voz alta, um documento cujo teor a seguir se transcreve: “Os relatórios internacionais recentes - PISA 2009 e Global Education Digest 2011- mostram-nos a evolução positiva dos jovens portugueses, em termos de desempenho e de taxa de frequência. Também os alunos de Guimarães têm acompanhado e mesmo superado esta tendência, bem visível nos resultados das provas de exame dos últimos anos, nas taxas de sucesso e nas taxas de frequência. Estes resultados são encorajadores, na medida em que relevam a importância e, sobretudo, a eficácia das políticas e medidas implementadas na área da educação, a nível nacional e local. Mas revelam também que há ainda necessidade de um esforço coletivo, por forma a melhorar o desempenho dos alunos e o alargamento da frequência da escolaridade. Ao invés de reforçar as medidas, naturalmente com o rigor que a situação do país exige, este Ministério da Educação fez exatamente o inverso: aumentou o número de alunos por turma, eliminou disciplinas, reduziu a carga horária de Educação Física e do desporto escolar (quando Portugal é o segundo país europeu com maior índice de obesidade infantil), reduziu o crédito horário para a gestão dos agrupamentos de escolas, ao mesmo tempo que constituiu mega agrupamentos, fez uma revisão curricular, contestada, irracional e sem lógica, que eliminou disciplinas e diminuiu horas de outras, eliminou os desdobramentos de turmas nas disciplinas práticas,



eliminou o par pedagógico, obrigou os alunos portadores de deficiência a fazer exames que não consideram a sua situação especial, o que significa penalizá-los duplamente, obrigou os diretores a informar sobre numero docentes “descartáveis” antes de terminar o prazo de matrículas, determinou o anacronismo de pôr os alunos do 1º ciclo a fazer exames no inicio do 3º período, ressuscitou o ensino recorrente, aumentou o horário de trabalho dos professores, cortou no tempo de direção de turma, eliminou Centros de Novas Oportunidades, cortou drasticamente na oferta educativa, sem racionalidade nem critério aparente, cortou nos cursos de educação e formação, nos planos curriculares alternativos e nos cursos profissionais. Os resultados são fáceis de prever: aumento do desemprego para os professores, perda de qualidade do serviço de educação, aumento do abandono escolar, piores resultados escolares, diminuição da taxa de frequência. Fixemo-nos na eliminação de CEFs e Cursos Profissionais: A redução da oferta educativa trará resultados penalizadores para os alunos, para as famílias e para o concelho de Guimarães, na medida em que inverterá a tendência de melhoria verificada nos últimos anos, quer na taxa de frequência quer nos resultados de desempenho dos alunos. Dois exemplos: Não se vislumbram razões que justifiquem o encerramento dos cursos profissionais no Agrupamento de Escolas + Secundária Santos Simões, uma unidade educativa totalmente verticalizada, que serve um território específico e com características próprias, e que tem oferta de cursos profissionais há mais de trinta anos. Assim como resulta inexplicável a redução drástica da oferta de CEF tipo 3, para apenas uma turma em todo o concelho e a total ausência de oferta destes cursos nas escolas do lado sul do Concelho de Guimarães. A frequência de CEFs e de Cursos Profissionais tem

permitido aos alunos o cumprimento da escolaridade e favorecido o prosseguimento de estudos. O Ministério da Educação tem mecanismos de controlo, nomeadamente condicionando o funcionamento de cursos ao respeito pelo número de alunos por turma, de acordo com a lei. Mas não foi esta a opção. Optou antes por cortar na oferta educativa, profissional e profissionalizante, sem fundamento e com a orientação de que os alunos vão para outras escolas e outros concelhos e as autarquias pagam os transportes. Num tempo em que muitas famílias atravessam enormes dificuldades, outra se lhes soma. Verão os seus filhos fora da escola, sem ocupação, sem investimento no seu futuro, sem refeições, sem abono, sem apoios, sem futuro, sem esperança. Preocupados com o futuro da educação pública e, sobretudo, com o futuro dos nossos jovens, fizemos sentir aos responsáveis do Ministério da Educação a nossa preocupação e solicitamos a revisão da decisão. Como justifica o ME os cortes brutais na oferta de cursos de Educação Formação e Cursos Profissionais, quando as escolas têm infra estruturas, equipamentos, e professores? Quando têm experiência e resultados demonstrados inclusivamente ao nível da empregabilidade dos seus formandos? Manifestamos a nossa estranheza pela discrepância entre o concelho de Guimarães, com 25 Cursos Profissionais aprovados e Famalicão, com 41 Cursos Profissionais e destes, 11 numa escola privada. Guimarães tem mais cerca de 30.000 habitantes e características socioeconómicas semelhantes. Que critérios presidiram à decisão? Pretende o ME discriminar negativamente os jovens de Guimarães, negando-lhes um direito constitucional, de igualdade de acesso à educação? Até hoje não tivemos resposta. E ontem já era tarde. Investir na economia tem de começar pelo investimento nas pessoas, por lhes



permitir o acesso à formação e à qualificação. Uma economia competitiva é uma economia que incentiva a qualificação, o talento e a inovação. Uma economia competitiva não se consegue com exércitos de gentes desqualificadas. O Ministro da Educação está a fazer o que prometeu: a implodir a escola pública! Os nossos governantes ostentam uma mal disfarçada alegria em liquidar. Liquidar a escola pública. Comprometer o futuro dos nossos jovens e de Portugal. Liquidar a esperança. Em suma, liquidar para retroceder a um tempo que muitos julgavam impossível!” -----

**5 – Presidente da Câmara – a)** - Regozijou-se com a medida do Governo que visa a instalação obrigatória de equipamentos de desfibrilhação, salientando a sua importância para a saúde dos cidadãos, motivo pelo qual a Câmara Municipal tem dado todo o apoio à iniciativa pioneira do Rotary Clube de Guimarães que permitiu tornar Guimarães uma cidade segura, não apenas com os desfibrilhadores mas também investindo na formação; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que não se sabia se havia inconstitucionalidade no concurso. Acrescentou que a Câmara estava a acompanhar este processo e que ia solicitar a um especialista na matéria que informasse sobre a regularidade do mesmo; **c)** - Sobre a questão do terreno para estacionamento situado no Parque das Hortas, passou a palavra ao Vereador Domingos Bragança; **d)** – Manifestou a certeza de que a Autarquia fará o que for possível pela preservação e valorização ao alto da Senhora dos Montes, espaço que ao longo do ano é local de culto religioso em manifestações promovidas pelas freguesias daquela área do concelho; **e)** - Sobre a proposta apresentada fora da ordem do dia disse que não havia incoerência explicando que a excecionalidade verificou-se quando o Vereador César Machado

apresentou o voto de louvor ao Capitão Gonçalo Amado na sequência da ligação profissional de ambos na cooperação em diversas ações conjuntas da competência das duas entidades que representam. Disse já ter felicitado e recebido os responsáveis pelo Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil", pelo que o Voto de Louvor será agendado para a próxima reunião de Câmara. **f)** - Sobre a intervenção da Vereadora Francisca Abreu, apontou as consequências negativas que, na sua opinião, resultarão para Guimarães por força das medidas determinadas pela tutela. Acrescentou que no que diz respeito a cursos profissionais, o Ministério da Educação atribuiu 25 cursos a Guimarães e 41 a Famalicão, concelho com menos 30 mil habitantes. Assim, demonstrou a sua preocupação pelas consequências sociais considerando que cabe às escolas e às famílias reagir contra o que considera ser uma injustiça que está a ser cometida contra Guimarães. -----

**6 – Vereador Domingos Bragança** – Disse que a Câmara havia trabalhado vários espaços públicos, apontando como exemplos a envolvente da antiga fábrica do cavaleiro e da antiga fábrica junto do Teatro Jordão, bem como a zona da Caldeiroa. Referiu que a deliberação de 29 de março último, que aprovou a celebração de um contrato de comodato para criação de uma zona de estacionamento no Lugar das Hortas, deverá ser revogada por este Órgão Executivo, por não se verificar interesse daquela zona para estacionamento até ao final do ano de 2012. -----

#### -----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Sobre a regeneração na Zona Classificada e na Zona Especial de Proteção deu conhecimento que no ano de 2011 foram vistoriados nesta área cerca de 80 edifícios das freguesias de Oliveira do





Castelo, S. Sebastião e S. Paio, a partir de processos instaurados em sede vistoria administrativa e confirmadas intervenções em cerca de 40 edifícios; **2** – Da parceria entre a CEC 2012, o Estabelecimento Prisional de Guimarães e a Casa de Camilo, em Ceide, que foi objeto de um programa televisivo recente. A propósito, referiu que a Biblioteca Itinerante de Guimarães visita todas as quartas-feiras aquele Estabelecimento Prisional, empenhando-se por disponibilizar a literatura preferida pela população residente. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** - Do ofício do Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2011, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria Geral da Câmara Municipal; **2** – Do ofício da Assembleia Municipal número 74 que comunica a aprovação, em reunião realizada no passado dia 29 de Junho, da seguinte proposta: **a)** – "Protocolo com a Fundação Cidade de Guimarães - Capital Europeia da Cultura 2012"; **3** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 75 a 90 que comunicam a aprovação, em reunião realizada no passado dia 2 de julho, das seguintes propostas: **a)** - "Educação - Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2012/2013"; **b)** - "Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento de Docentes e Técnicos no Âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico"; **c)** - "Compromisso Plurianual - Autorização Prévia da Assembleia Municipal - Contratação de Serviços"; **d)** - "Compromisso Plurianual - Autorização Prévia da Assembleia Municipal - Fornecimento de Energia Elétrica"; **e)** - Compromisso

Plurianual - Autorização Prévia da Assembleia Municipal - Contrato de Manutenção do Sistema Anti-roubo da Biblioteca Municipal Raúl Brandão (Central) e Polo de Pevidém"; **f)** - "Compromisso Plurianual - Autorização prévia da Assembleia Municipal - Fornecimento Contínuo de Gás Propano a Granel ao centro Escolar de S. Torcato"; **g)** - "Repartição de Encargos - Serviço de Recolha de Cadáveres de Canídeos/Felídeos"; **h)** - "Pedido de Parecer Prévio - Prestação de Serviço de Transporte de Alunos - Ano letivo 2012/2013 - Repartição de Encargos"; **i)** - "Património - Doação de Direito de Superfície à Cooperativa Turipenha - Terreno do teleférico"; **j)** - "Entidades Participadas - Alteração da Deliberação - Subscrição de Capital na Turipenha"; **k)** - "Entidades Participadas - VITRUS Ambiente, EM, SA - Tribunal de Contas - processo n.º 115/2012"; **l)** - "Suspensão da Vigência do artigo 47.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização"; **m)** - "Regulamento - Instituição do Conselho Municipal da Juventude de Guimarães"; **n)** - "Regulamentos - Retificação do Valor da Taxa constante da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais"; **o)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de S. Torcato"; **p)** - "Acordo de Colaboração entre a Turismo Porto e Norte de Portugal, ER e o Município de Guimarães no âmbito do Projeto Guimarães + 2012 - Repartição de Encargos"; **4** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 21 de junho de 2012, que adjudicou a “Empresa de Construções Amândio Carvalho, SA”, pelo preço contratual de €323.680,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), o fornecimento de 7.000 toneladas de betão betuminoso; **5** - Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“VENDA DE TERRENOS DO MUNICÍPIO - HASTA PÚBLICA Nº 5/2012** - Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-



A/2002, de 11 de janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 12 de julho de 2012, que, no âmbito da hasta pública indicada em epígrafe, arrematou definitivamente os terrenos abaixo identificados. -----

Localização	Área	Matriz e Registo Predial	Valor base de licitação	Valor da venda	Arrematante
Lugar das Pocinhas - <b>Creixomil</b>	580,00m2 - lote nº 32 do Alvará de Loteamento nº 28/61	U-2082 31/Creixomil	€28.120,00	€28.370,00	António Ricardo Freitas Oliveira
Rua dos Moleiros, <b>Silvares</b>	122,00m2	U-1491 1594/silvares	€1.990,00	€1.995,00	Maria Ludovina da Costa Pereira

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2012.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu, por não ter estado presente na reunião.-----

**PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P. PARA CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - SIM.PD**

- Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "A promoção da igualdade de oportunidades e da participação social das pessoas com deficiências ou incapacidade é um imperativo constitucional assumido com prioridade pelo Estado Português. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência compromete o Estado Português a promover, proteger e garantir condições de vida dignas às pessoas com deficiência, de forma transversal,

salvaguardando sobretudo direitos económicos, sociais e culturais. A Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), aprovada pela resolução do Conselho de Ministros nº 97/2010 de 14 de Dezembro, propõe-se dar continuidade aos planos e medidas em execução e assegurar um planeamento de políticas públicas necessárias ao exercício dos direitos das pessoas com deficiência e à sua participação plena na sociedade. Assim, e considerando: que os Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD), têm como objectivo prestar às pessoas com deficiência ou incapacidade uma informação global e integrada sobre os seus direitos e benefícios, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta; as atribuições, quer dos Municípios na informação e defesa dos direitos dos cidadãos e na prestação de serviços em parceria com as entidades competentes da administração central a estratos sociais dependentes, quer do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, através do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. na prossecução da execução das políticas dirigidas às pessoas com deficiências ou incapacidade, Submete-se à aprovação o presente Protocolo de colaboração entre o Município de Guimarães e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P, para a criação de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência e Incapacidades - SIM-PD em Guimarães que funcionará no Balcão Único de Atendimento, num Posto especialmente dedicado ao Atendimento Social". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE**



**GUIMARÃES - Tendo-se verificado que a proposta necessitava de ser retificada, foi a mesma retirada para ser submetida a votação em reunião de Câmara posterior. -----**

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE GUIMARÃES E REGULAMENTO MUNICIPAL DA LIMPEZA PÚBLICA DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte

informação da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Câmara Municipal de Guimarães dispõe de um Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública aprovado em 29 de julho de 2004, que abrange as duas vertentes, o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos e a limpeza pública. Considerando: - o estipulado no Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, segundo o qual o Município de Guimarães, enquanto Entidade Titular, dispõe de três anos para a adaptar os regulamentos de resíduos a esta nova regulamentação; - que as regras de prestação do serviço aos utilizadores devem constar de um regulamento de serviço, aprovado pela entidade titular e que deve conter, no mínimo, os elementos estabelecidos na Portaria 34/2011, de 13 de Janeiro; - a publicação do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho; - que o novo regulamento deve definir o sistema municipal de gestão dos RSU no Município de Guimarães; que, por um lado, a Portaria 34/2011, que estabelece os elementos mínimos do regulamento do serviço de gestão de resíduos, nada refere quanto à limpeza pública e que, por outro, nas recomendações emanadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos estes dois serviços aparecem sempre separados, quer para a avaliação da Qualidade dos Serviços, quer para o reporte de contas que cada Entidade Gestora está obrigada a remeter ao abrigo do constante no artigo 13.º do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto, entendeu-se conveniente

regulamentar o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos e a limpeza pública em dois instrumentos regulamentares distintos. Foram elaborados o projeto de Regulamento do serviço de gestão de resíduos, separando a componente higiene pública, que consta agora do projeto de Regulamento Municipal da Limpeza Pública de Guimarães, e que é necessário que sejam aprovados pelos dois órgãos do Município. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, e na alínea b), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, do disposto no artigo 62º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, todos na redação atual, submete-se à consideração superior o envio para aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, dos projetos de Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Guimarães e de Regulamento Municipal da Limpeza Pública de Guimarães, que se juntam em anexo como doc. 1 e 2". Os referidos Regulamentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O REGULAMENTO MUNICIPAL DA LIMPEZA PÚBLICA DE GUIMARÃES E A INQUÉRITO PÚBLICO O REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE GUIMARÃES. ----- PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO NO CONCELHO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e



Ambiente: "De acordo com a alínea c) do artigo 26º da lei 159/99, de 14 de Setembro é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão de equipamentos e a realização de investimentos nos seguintes domínios: sistemas municipais de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Assim, a limpeza pública compreende as seguintes atividades: varredura (manual e mecânica), lavagem, desinfecção e manutenção dos equipamentos de deposição de resíduos, lavagem de ruas, desratizações, desinfestações e lavagem de outros espaços públicos. Também está previsto na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Guimarães nas competências da Divisão de Serviços Urbanos promover à desratização e desinfestação dos espaços públicos, edifícios municipais e escolas. A desratização e desinfestação no concelho de Guimarães, trata-se num valor total de 70.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), deverá ser submetida a aprovação da Câmara Municipal, e posterior envio para aprovação pela Assembleia Municipal, uma vez que é necessário repartir os respetivos encargos por 2 anos, da forma que a seguir se discrimina: -----

Repartição de Encargos	
Ano de 2013 (Jan. a Dez.) = 35.000 euros	Ano de 2014 (Jan. a Dez.) = 35.000 euros

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTE DIRETO 31/12 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM 5 REFEITÓRIOS ESCOLARES** – Presente, para aprovação da Câmara Municipal e

ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a seguinte informação da diretora do Departamento Financeiro e da Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros: "Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro,

com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, a Câmara Municipal autorizou em 02/06/2011, o pedido de parecer prévio referente ao concurso público n.º 8/11, para a prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Anos civis 2012/2013, em que engloba o fornecimento de refeições a novos estabelecimentos de ensino, de acordo com o ponto 12 do programa de concurso. Submete-se para aprovação superior, o convite e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos:

**Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Fornecimento de refeições em 5 refeitórios escolares; **Período de vigência:** Ano civil 2013; **Preço base:** 196.350,00€ + I.V.A. (13%); **Classificação económica:** 020105; **Plano:** 2.1.2.56 A; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto ao abrigo do critério material, previsto na alínea a), n.º 1, artigo 27.º do CCP, de acordo com o fundamentado na informação em anexo, NIPG: 12194/12; **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Fornecedor a consultar:** ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do CCP, com exceção de exclusão do concorrente. À consideração superior”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA - CONCESSÃO DE TERRENO PARA POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS -**



**LARGO DE S. GUALTER, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em reunião de Câmara realizada no dia 6 de junho de 2012 foi deliberado aprovar a realização de uma hasta pública destinada à concessão de uma parcela de terreno com a área de 420,00m<sup>2</sup>, situada no largo de S. Gualter, da freguesia de S. Sebastião, com vista à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis. O respetivo ato público ocorreu no dia 4 de julho corrente, tendo a única concorrente – Sociedade PETROLINE – COMBUSTÍVEIS, LDA, sido excluída nos termos da alínea c), nº 8 do Regulamento da Hasta Pública, por não ter apresentado todos os documentos exigidos e identificados no citado Regulamento, nomeadamente a certidão comprovativa da situação contributiva regularizada, conforme exposto na ata anexa. Assim, deverá ser submetida a aprovação da Câmara a decisão da Comissão da Hasta Pública que excluiu aquela proposta”. A referida ata dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PATRIMÓNIO – COMODATO EB1 DE BAIRRO, GUIMARÃES Nº 14, FREGUESIA DE SELHO S. JORGE - FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “No âmbito do projeto “Olhares e Processos” a Fundação Cidade de Guimarães pretende mostrar a intervenção denominada “Rastilho”, da artista Carla Cruz, que tem como objetivo a constituição de um grupo de trabalho onde se pretende explorar questões relacionadas com a criação artística e a desmobilização das forças de trabalho na indústria portuguesa. Esse grupo de trabalho será, preferencialmente, constituído por

ex-trabalhadoras da indústria do Vale do Ave, em especial mulheres que se encontrem na situação de desemprego e/ou formação. Para criação do respetivo espaço oficina, a Fundação vem solicitar a cedência do edifício escolar de Bairro, Guimarães nº 14, sito na Praça Francisco Inácio, da freguesia de Selho S. Jorge, durante o período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2012. O prédio em questão encontra-se atualmente desativado, pelo que, em caso de concordância superior, o indicado prédio, poderá ser cedido em regime de comodato, a título gratuito, à Fundação Cidade de Guimarães, pelo período referido. Em caso de aceitação superior, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, a cedência do imóvel acima identificado, à Fundação Cidade de Guimarães, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de cedência do antigo edifício escolar, sito na Praça Francisco Inácio, na freguesia de Selho S. Jorge, à Fundação Cidade de Guimarães, de 1 de Setembro a 31 de Dezembro do corrente ano, para a realização de uma intervenção denominada "Rastilho", no âmbito das ações da Capital Europeia da Cultura, dado o mesmo edifício se encontrar totalmente livre durante o referido período, enquanto decorre a elaboração do



projeto do polo da biblioteca de Pevidém que será instalado nesse edifício, o que exigirá obras que só se iniciarão no ano de 2013. A opção da instalação da biblioteca de Pevidém nesse local inviabilizou solicitações de outros interessados, só permitindo a sua cedência pelo prazo, limitado no tempo, agora proposto”. ----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este ponto merece a nossa integral concordância. Pelo que votamos favoravelmente. A instalação da intervenção denominada “Rastilho”, no âmbito do projeto “Olhares e Processos” da CEC/2012, na antiga Escola do Bairro, é naturalmente merecedor da nossa concordância, não apenas pelo tema criativo subjacente (desmobilização das forças de trabalho na indústria Portuguesa) e pelo envolvimento de ex-trabalhadoras em situação de desemprego ou desocupação, como sobretudo por, com esta iniciativa, se permitir que seja dada vida a um espaço que está há cerca de dois anos abandonado. Por isso, sendo este projeto indiscutivelmente benéfico para a importante Vila de Pevidém, a questão que nos preocupa é precisamente saber se está prevista alguma ocupação para um espaço que se encontra há demasiado tempo devoluto, e relativamente ao qual, diversas instituições de Pevidém manifestaram interesse e apresentaram projetos para a sua ocupação. Desta forma, através do evento excecional e necessariamente passageiro que é a CEC/2012, logrou-se surpreender uma ocupação para o espaço da antiga Escola de Bairro, até Dezembro do corrente ano de 2012. Aquilo que nos preocupa é que seja definido um destino permanente para um espaço devoluto e numa localização absolutamente central na Vila de Pevidém, em diálogo e cooperação com as instituições pevidenses, por forma a se evitar que, após a CEC/2012, aquele

importante e histórico edifício de Pevidém regresse à condição de abandonado em que se encontrava até esta data”. -----

**PATRIMÓNIO – COMODATO DE PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DA POUSADA DE FORA, FREGUESIA DE AZURÉM - VIMÁGUA, EIM, SA**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em sua reunião realizada no dia 1 de setembro de 2011 a Câmara Municipal deliberou aprovar a cedência, em regime de comodato, à VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA., de uma parcela de terreno com a área de 1.200,00m<sup>2</sup>, situada no lugar da Pousada de Fora, da freguesia de Azurém, para instalação de um depósito temporário de materiais e de resíduos sólidos, tendo o respetivo contrato sido outorgado em 9 de setembro de 2011. Vem agora a VIMÁGUA informar que, no decurso da execução do projeto aquela área revelou-se insuficiente, pretendendo que a área a ceder seja de 1.400,00m<sup>2</sup>, conforme projeto que anexa. Assim, se superiormente for entendido autorizar a ocupação da área de 1.400,00m<sup>2</sup>, para o indicado fim, deverá ser efetuada uma alteração ao contrato de comodato outorgado em 9 de setembro de 2011, de forma a que fique a constar a área a ceder, devendo, previamente o assunto ser submetido a deliberação de Câmara. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – COMODATO DA ESCOLA EB1 FRANCISCO DOS SANTOS GUIMARÃES, FREGUESIA DE URGEZES - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES**

– Presente seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Urgezes vem solicitar a cedência do edifício escolar Francisco dos Santos Guimarães, da freguesia de Urgezes, atualmente desativado, com vista à instalação de valências de cariz social,



cultural e recreativo, a desenvolver em conjunto com as diversas instituições da comunidade. De acordo com informação prestada pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada no final do ano letivo 2010/2011 e, considerando a possibilidade de atribuir novas utilizações aos imóveis escolares devolutos, a cedência do identificado prédio à Freguesia significará uma melhoria da sua prestação de serviço público à população que serve, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniência quanto à utilização do imóvel para os fins pretendidos pela Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Urgezes e demais população, tendo aquela Autarquia pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, ao abrigo da alínea b), nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Urgezes, do antigo edifício do 1º ciclo do ensino básico, da aludida freguesia de Urgezes, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1280/11072002 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1522, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2013-2017 –**

**PROPOSTA DE REVISÃO DO ANEXO II DO CONTRATO DE GESTÃO** – Presente, para apreciação e votação, a proposta de revisão do Anexo II do Contrato de Gestão, celebrado em abril de 2008, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA., no passado dia 13 de julho, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos 2013-2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE**

**ÁGUAS RESIDUAIS** – Presente, para apreciação e votação, a proposta de Regulamento dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, no passado dia 13 de julho, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, apresentada pelo Conselho de Administração da Vimágua, pelas seguintes razões: A proposta de Regulamento



contempla diversas alterações, sendo de destacar a criação de novos tarifários por razões sociais e para famílias numerosas, os quais procuram responder à atual situação económica e social do País, claramente espelhada na nossa sociedade local, permitindo uma melhor adequação dos encargos com os consumos de água e saneamento das famílias mais atingidas. Tais alterações, de que vão resultar uma diminuição de receitas para a Vimágua, só são possíveis pelos bons resultados financeiros dos últimos exercícios, por ganhos de eficiência na gestão do serviço e por uma ponderação criteriosa dos investimentos. Nesta proposta mantém-se o critério de cálculo do valor das tarifas de ligação de saneamento para os edifícios destinados a atividades económicas em função da área de construção, por ser este o indicador mais adequado para o seu cálculo. Sendo esta tarifa um encargo pago pelo proprietário do edifício uma única vez, no momento da ligação à rede pública, parece-nos evidente que a sua determinação deve ser em função de um valor estável, não alterável no tempo, como é a área do edifício, e não em função do número de trabalhadores que pode variar ao longo do período de funcionamento da instalação. A proposta mantém igualmente a cobrança dos ramais de ligação por razões de sustentabilidade económico-financeira e de equidade de tratamento para com todos os utilizadores dos serviços públicos de água e saneamento. Em relação à recomendação da entidade reguladora nesta matéria específica, a mesma não pode ser, no imediato, seguida, porquanto a eliminação da cobrança de ramais e a integração do respetivo valor nas tarifas de serviço iria provocar um agravamento significativo dos encargos mensais para as dezenas de milhares de utilizadores que, ao longo de anos, pagaram a seu ramal. No entanto, o Conselho de Administração da Vimágua

propõe, o que merece a nossa aprovação, em função da sustentabilidade financeira que vem demonstrando e que se perspetiva para o futuro próximo, a adoção, daqui por três anos, do princípio preconizado pela entidade reguladora, de redução gradual do valor cobrado pela execução dos ramais, sem que tal represente o agravamento das tarifas mensais". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A matéria regulada por este "Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas", designadamente a parte respeitante às tarifas devidas pelo serviço de água e saneamento, foi já abordada na reunião de Câmara de 24.11.2011, no seu ponto 26, na discussão do qual os vereadores do PSD fizeram juntar uma declaração de voto que se debruçava sobre esta matéria de forma detalhada. Declaração de voto que se solicita seja integralmente reproduzida, juntamente com a presente declaração de voto. 1. Utilizadores domésticos - Designadamente, e como se pode verificar da reprodução deste ponto da ata da reunião de 24.11.2011, de entre os quatro pontos então abordados, os primeiros dois diziam respeito à proposta de criação de um tarifário social, e à proposta de criação de um tarifário para famílias numerosas, para os utilizadores domésticos. Propostas que, como se dizia então, vinham já sendo aplicadas noutros municípios Portugueses, decorriam aliás da Recomendação nº 1/2009 do então IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos), sendo a última delas defendida igualmente pela APFN (Associação Portuguesa de Famílias Numerosas). Respondeu então o executivo socialista, e concretamente o Presidente de Câmara, que não faziam sentido tais propostas atendendo a que a VIMÁGUA





disponibilizava já a possibilidade de pagamento em prestações sem juros, até 24 meses. Ora, não deixa de ser com assinalável regozijo que os vereadores do PSD, numa leitura atenta à proposta de Regulamento que nos é dada para apreciação, verificam que, apesar da manutenção da possibilidade de pagamento em prestações durante 24 meses sem juros (artigo 106º) – argumento há seis meses utilizado para não adoção das propostas dos vereadores do PSD – este regulamento que nos é proposto, aprova de forma linear e até com especificidades que constavam na proposta do PSD, estas duas reivindicações. Designadamente no artigo 108º nº1 a) do regulamento que nos é dado para aprovação onde, relativamente aos utilizadores domésticos, se faz agora constar a adoção de um “tarifário social” e de um “tarifário familiar”, aplicável nos termos e precisamente para as situações que então defendíamos. Concretamente, dizíamos então, na proposta relativamente à criação de um tarifário social que “este tarifário social consiste numa isenção das tarifas fixas e da aplicação ao consumo total do utilizador das tarifas variáveis do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m<sup>3</sup> e, no caso dos serviços de gestão de resíduos, pela isenção da respetiva tarifa fixa”. Sendo agora proposto, no artigo 108º nº2 b) que “o tarifário social para utilizadores domésticos consiste ... na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m<sup>3</sup>”. Este facto é merecedor de registo e que seja louvado pelos vereadores do PSD. Pois que, ainda que não expressamente admitido, está na prática consagrada aquela que havia sido a proposta, necessariamente construtiva e benigna, dos vereadores do PSD. O que não pode deixar de ser registado como uma inversão – no sentido positivo – daquela que tem sido a postura habitual da

Câmara Municipal. Todos juntos fazemos necessariamente melhor. 2. Utilizadores não domésticos - Relativamente aos utilizadores não domésticos – empresas e negócios – defendíamos então, como continuamos a defender a flexibilização dos critérios aplicáveis a utilizadores não domésticos. Verificamos que a proposta que nos é apresentada mantém a não alteração dos critérios de aplicação das taxas de ligação, o que, necessariamente, continuará a merecer a nossa discordância por considerarmos ser gerador de situações injustas. As taxas de ligação aplicáveis às empresas, são-no de acordo com o critério “cego” do m2 de área coberta, no entanto, como é sabido, existem muitas empresas e negócios (designadamente no caso dos armazéns) que têm um número muito reduzido de trabalhadores, de utilização da rede, e no entanto, têm que pagar uma fatura bem superior à utilização que alguma vez darão. A manutenção desta situação implica que uma unidade de 1000 trabalhadores, logo potenciais utilizadores, pague o mesmo pela sua taxa de ligação ao ramal, do que paga uma unidade industrial com 10 trabalhadores, conquanto as dimensões de área coberta sejam idênticas. Consideramos que a aplicação de critérios demasiado rígidos, que não permitam uma análise pontual de algumas situações, não estão em conformidade com os critérios de justiça que devem presidir à aplicação do presente tarifário. Consideramos concretamente que a atribuição da taxa de ligação o deveria ser com base em critérios que assentem num rácio que tome em consideração o número de quartos-de-banho existentes, o número de trabalhadores/utilizadores a operar na unidade, e também os m2 de área coberta, mas não apenas este último fator por ser gerador de situações injustas e injustificáveis. 3. Isenção progressiva das taxas de ligação - É já antiga a proposta de PSD



de redução de 50% nas taxas de ligação, como forma de incentivo a que o investimento público efetuado em levar água e saneamento a praticamente todo o concelho, se transforme efetivamente em melhoria das condições de vida dos cidadãos, e não apenas numa possibilidade de lucro para a empresa que fornece água em regime de monopólio, isto é, que o esforço de caracterize em efetivas ligações, e não apenas na possibilidade física de ela se efetuar, mas que não se chega a materializar por falta de condições financeiras dos destinatários do serviço. No entanto, para além do PSD que o diz há mais de 10 anos, di-lo igualmente a da Recomendação nº 1/2009 do então IRAR, que defende que se deve evoluir para “uma situação de não cobrança de tarifas pela execução de ramais e pela ligação ao sistema público... que deve ocorrer de forma gradual, recomendando-se para o efeito que: a) No primeiro ano em que seja implementada esta Recomendação devem ser cobrados pela execução de ramais de ligação valores até uma percentagem máxima de 80% dos valores em vigor a 31 de Março de 2009; b) A percentagem máxima prevista na alínea anterior deve reduzir-se em 20 pontos percentuais em cada exercício económico subsequente, por forma a suprimir a cobrança destes valores num prazo máximo de cinco anos.” Como está bom de ver, esta recomendação da entidade reguladora vai mesmo para além do que propunha o PSD. Este apelo a uma gradual eliminação dos montantes cobrados pelos ramais de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos de abastecimento e saneamento, que constituem atualmente um dos obstáculos à desejável universalização do acesso dos utilizadores a estes serviços, deve ser atendido e seguido, essencialmente por razões sociais, ambientais e de saúde pública, que são os valores que ao Estado cabe assegurar. No entanto esta proposta de

regulamento ignora completamente, e mais uma vez, esta recomendação. Em conclusão: Não obstante a adoção expressa de duas das propostas dos vereadores do PSD, o que motiva o nosso reconhecimento e elogio quanto a uma forma assinalavelmente mais adequada de fazer política, a verdade é que não podemos viabilizar uma proposta de regulamento que se mantenha silente em duas matérias que consideramos essenciais para assegurar o respeito por critérios de justiça e equidade, e ainda, para assegurar a universalidade da prestação do serviço. Razão pela qual, votaremos contra". -----

**TRÂNSITO – CRIAÇÃO DE ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA RUA DR. AVELINO DA SILVA GUIMARÃES**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Considerando a conclusão da construção da Plataforma da Plataforma das Artes e Criatividade e a consequente libertação do espaço público ocupado pelo estaleiro de apoio à obra; Considerando a pavimentação e marcação dos locais de estacionamento na Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães, com aumento do espaço afeto aos peões, pela construção de passeio, e consequente redução do número de lugares de estacionamento; Considerando a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo; Submete-se à consideração, para deliberação, a criação de uma zona de estacionamento de duração limitada na Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães, com limite máximo horário de 2 horas e taxa prevista na Tabela de Taxas e Outras Licenças para os locais de menor procura". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE POLVOREIRA**

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço



Público e Viaturas: "Em consequência do prolongamento de arruamentos existentes, a Assembleia de Freguesia de Polvoreira, sob proposta da Junta de Freguesia, aprovou a extensão do topónimo rua da Escola, que não tinha saída, com início na rua de S. Pedro, passando agora a terminar no entroncamento com a rua de Santa Maria (freguesia de Infias), concelho de Vizela, e o topónimo rua do Soutelo, que também não tinha saída, com início no largo Campo da Casa Nova e terminus na rua Ribeiro da Ponte. A mesma Assembleia de freguesia aprovou ainda o aditamento do seguinte topónimo: 91 - Rua de Chã - Arruamento sem saída, com início na rua de Vila Flor. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Polvoreira". A planta toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – POUSADA DA OLIVEIRA – RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO E ABERTURA DE CONCURSO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO** - Tendo-se verificado que a proposta necessitava de ser reanalisada, foi a mesma retirada para ser novamente submetida a votação em reunião de Câmara posterior. -----

**CULTURA – CONVÍVIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – PARECER COM VISTA À ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA** – Presente a seguinte proposta do Vereadora Francisca Abreu: "Em face da solicitação formulada pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de

Ministros, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o seguinte parecer: O Convívio é uma associação de cariz cultural e recreativa, sem fins lucrativos. Foi fundada a 21 de outubro de 1961 por um grupo de jovens que decidiu, dessa forma, intervir no meio associativo e cultural vimaranense. Desde então, o Convívio tornou-se uma referência privilegiada de dinamização cultural da cidade, promovendo numerosas atividades e iniciativas, designadamente nas áreas da música, artes plásticas, cinema, conferências e literatura. Em resultado do seu dinamismo e vocação para intervir culturalmente na Cidade, o Convívio é há vários anos um parceiro relevante do Município em diversas organizações, entre as quais se destacam o Guimarães Jazz e os Encontros da Primavera, uma iniciativa originária desta associação, atualmente designados Encontros Internacionais de Música de Guimarães. Instalado numa casa do Séc. XVIII, no Largo da Misericórdia, em pleno centro histórico classificado, o Convívio possui um espólio artístico de inegável qualidade e valia, mantendo-se como referência obrigatória da vida cultural de Guimarães. Em reconhecimento do seu percurso de intervenção cívica e cultural, foi agraciado no ano 2000 com a Medalha de Ouro de Mérito Cultural, atribuída pela Câmara Municipal de Guimarães. Mais recentemente, encetou obras de reabilitação da sua sede com apoio financeiro municipal, dando um importante contributo para a requalificação de um edifício com interesse patrimonial que valoriza a sua envolvente próxima e o Centro Histórico no seu conjunto, ao mesmo tempo assegurando melhores condições de conservação do seu espólio artístico e otimizando as condições de acolhimento de iniciativas culturais, quer em termos técnicos, quer criando uma residência para artistas, algo que se compagina em absoluto com a estratégia



cultural do Município. Atualmente, integra o conjunto de associações a quem a Fundação Cidade de Guimarães cometeu a realização do programa "Tempos Cruzados", integrado na programação de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura. Por estas razões, é convicção da Câmara Municipal de Guimarães que o Convívio – Associação Cultural e Recreativa preenche plenamente os requisitos exigidos à atribuição do estatuto de Utilidade Pública". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor do parecer favorável à atribuição à Associação "Convívio" do estatuto de utilidade pública, dado que a consagração de tal estatuto não será mais que o reconhecimento do serviço público que, particularmente na área cultural, o "Convívio" vem prestando à cidade, desde 1961, ano da sua fundação. O "Convívio" é uma associação de grande tradição no associativismo vimaranense, como é explicitado no texto do parecer votado, que já mereceu da Câmara Municipal no ano 2000 a atribuição da Medalha de Mérito Cultural em Ouro, e que tem sempre colaborado com o Município na prossecução de uma política de afirmação de Guimarães como cidade da cultura e do património, como é do reconhecimento nacional". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A Associação "Convívio" é uma relevante associação Vimaranense de cariz cultural e recreativo, com uma assinalável participação e produção cultural, de uma relevância inequívoca na sociedade,

mas muito particularmente na cultura Vimaranesse. Associação fundada em 1961, que recentemente festejou o seu cinquentenário, é possuidora de um espólio artístico significativo, está sedada e tem cuidado de um importante edifício do Largo da Misericórdia, e sobretudo, tem tido participação ativa, particularmente na sugestão e lançamento de importantes e marcantes iniciativas culturais na cidade de Guimarães, como são exemplos não exaustivos as Festas Gualterianas, o Festival de Cinema Amador, o Festival "Encontros da Primavera", o CETE (Convívio e Teatro Experimental), a apresentação de arte contemporânea "Euroarte", o Festival "GuimarãesJazz" e mais recentemente a mostra "Urban Movements". Aliás, por ocasião da feliz coincidência dos festejos do 50º aniversário do "Convívio" e do 20º aniversário do "GuimarãesJazz", a Assembleia Municipal de Guimarães, por sugestão do grupo parlamentar do PSD, fez aprovar na sua sessão de 23.11.2011 uma moção de saudação à Associação "Convívio" na qual se manifestava, relativamente ao GuimarãesJazz, o desejo de que *"a dinâmica implementada durante os dias do evento, não se esgote nele mesmo e se prolongue ao longo dos tempos, em ordem a concretizar na plenitude o objectivo subjacente, assim como aumentar a atractividade do concelho, seja ao nível nacional, seja ao nível internacional"* e se dizia, relativamente à Associação Convívio que *"relembra-se, nesta data, o papel decisivo que a Associação Convívio teve na idealização do evento que, hoje, assume particular relevância no contexto cultural nacional e mesmo internacional"*. Por todas estas acrescidas razões, e pelo expresso reconhecimento político que o PSD entende dever ser feito à importante atuação na área cultural desta significativa associação Vimaranesse, votamos **favoravelmente** a presente proposta". --





**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PREVISTO EM ADENDAS AO PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE DO MINHO PARA A COOPERAÇÃO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL** – Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “No âmbito do protocolo celebrado em 30 de junho de 2008 com a Universidade do Minho, para a cooperação na área do desenvolvimento social, foi deliberado em reunião de Câmara de 11 de setembro de 2008, aprovar três adendas ao referido protocolo correspondendo a um contrato para a prestação de serviços por parte do Departamento de Sistemas de Informação (DSI) para a realização de: - Um sistema de informação social – SISGUI no valor de €43.632,00; - Um Teleserviços de apoio a pessoas com necessidades especiais – no valor de €27.000,00; - Um mercado electrónico de recursos sociais *E-Market Place* – no valor de €24.000,00. Do valor total orçamentado de €94.632,00 (noventa e quatro mil seiscentos e trinta dois euros), foi pago à Universidade do Minho €31.544,40 (trinta e um mil quinhentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos) correspondente à primeira prestação para: SISGUI – €14.544,00; Teleserviços – €9.000,00; e Mercado Electrónico de Recursos Sociais – €8.000,40. Da parte do DSI da UMinho foram apresentados relatórios preliminares e alguns estudos que nos forneceram dados importantes para a nossa intervenção e que justificaram o pagamento da primeira fração. Contudo, restaria ainda algum trabalho para a apresentação de soluções concretas que servissem os objectivos previstos inicialmente e que o atual cenário financeiro não permite dar continuidade. Assim, após acordo prévio com o representante da Universidade do Minho nestes projetos, propõe-se a revogação deste contrato bem como

a descativação da restante verba de €63.087,60 (sessenta e três mil oitenta e sete euros e sessenta cêntimos) que se encontra cabimentada com o nº6932 de 12/08/2008. À consideração superior”. O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE CESSAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP/CENTRO DISTRITAL DE BRAGA PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL** - Presente a seguinte informação

da Chefe da Divisão de Ação Social: “O Município de Guimarães celebrou em 18 de junho de 2011 um protocolo com o Centro Distrital de Braga do Instituto da Segurança Social, para o funcionamento de um serviço de atendimento e acompanhamento social dirigido às populações das freguesias de Abação, Calvos, Gémeos, Pinheiro, S. Faustino e Tabuadelo, Serzedo e Infantas, integradas na Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) Sudoeste da Montanha da Penha; e das freguesias de Candoso S. Martinho, Gondar, Selho S. Cristóvão e Selho S. Jorge, integradas na CSIF de Vale do Selho. O funcionamento deste serviço tem vindo a ser garantido por técnicas designadas para esse efeito em três polos de atendimentos situados nas freguesias de Selho S. Jorge, Tabuadelo e Serzedo, de acordo com o anexo que integra o protocolo. Contudo, e considerando que a natureza experimental deste protocolo requer, de acordo com a cláusula VIII, a sua avaliação no final de um ano para se aferir das condições necessárias à sua continuidade, parece-nos oportuno informar que a Câmara se depara atualmente com uma real insuficiência de



meios humanos face ao elevado crescimento de pessoas carenciadas que procuram os serviços da Divisão de Ação Social. A acrescentar a este facto junta-se a anunciada gravidez da técnica de serviço social que se encontra destacada para garantir as tarefas de atendimento e acompanhamento social, comprometendo seriamente o seu funcionamento nos moldes previstos no nº 7 da cláusula VI (obrigações da Câmara). Considerando que tais circunstâncias inviabilizam a subsistência da desta parceria, propõe-se a cessação do protocolo a 31 de julho, passando os Gabinetes Locais de Desenvolvimento Social a funcionar, a partir dessa altura, como estruturas de proximidade da Divisão de Ação Social, de acordo com a regulamentação municipal. À consideração superior". O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da cessação do protocolo de colaboração entre o Município e o Instituto de Segurança Social para atendimento e acompanhamento social que proporcionou a criação de três postos de atendimento situados nas freguesias de Selho S. Jorge, Tabuadelo, e Serzedo, cujos encargos de funcionamento foram sempre suportados na totalidade pelo Município, no termo do seu período experimental de funcionamento, dado que o serviço prestado às populações, e que será mantido, é uma competência da Segurança Social e não do Município, e a Câmara não tem agora nos seus serviços os recursos humanos com as

competências técnicas que nos são exigidas nos termos do protocolo estabelecido. A Câmara Municipal manterá, na medida do possível, a prestação do serviço de forma a não afetar as populações, através da Divisão de Ação Social no exercício das competências determinadas pelo Regulamento Municipal de apoio a estratos desfavorecidos". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "É opinião dos vereadores do PSD que a articulação entre entidades estatais, tanto na área social como em qualquer outra área, é desejável e deve ser impulsionada. O Estado, na perspetiva do cidadão, é tanto a Administração Central como a Administração Local, não se distinguindo propriamente entre estas entidades, até porque ambas funcionam com o produto da cobrança do mesmo tributo aos cidadãos. Este protocolo celebrado entre o Centro Distrital de Braga da Segurança Social e a Câmara Municipal de Guimarães permitia que tanto o atendimento como o acompanhamento social, realizados nas áreas da Comissão Social Inter-Freguesias do Sudoeste da Montanha da Penha (concretamente nos dois postos de atendimento, um na freguesia de Serzedo outro na freguesia de Tabuadelo) e da Comissão Social Inter-Freguesias do Vale do Selho (no posto de atendimento em Pevidém), abrangendo portanto 12 freguesias do nosso concelho, pudesse ser levado a cabo por uma equipa multidisciplinar constituída por técnicos destacados pela Câmara de Guimarães, que dessa forma fariam o acompanhamento de proximidade dos agregados familiares em contexto de atendimento e visitas domiciliárias nos polos de atendimento de Tabuadelo, Selho S. Jorge e Serzedo. Trata-se de uma função da maior relevância uma vez que atualmente esta equipa desenvolve



ações de acompanhamento a um elevado número de famílias, e regista um atendimento mensal de um número razoável de utentes. Com a cessação do protocolo de colaboração entre o Município de Guimarães e o Centro Distrital de Braga da Segurança Social o isolamento destas famílias irá agravar-se, comprometendo seriamente a identificação, o apoio e o acompanhamento das situações. Para além de que a Câmara precisará de continuar a fazer o seu acompanhamento no âmbito dos serviços de Ação Social, precisando ainda a Segurança Social de o fazer igualmente para atribuição das prestações sociais geridas por esta entidade, pelo que, podemos estar em face de uma duplicação de funções, com técnicos da Segurança Social e técnicos de Ação Social da Câmara Municipal a acompanhar as mesmas famílias, o que é lamentável numa altura em que se exige contenção e racionalização de meios ao ente público. Os vereadores do PSD abstiveram-se atenta a informação do Presidente de Câmara de que a Câmara Municipal continuaria a assegurar o acompanhamento de proximidade àquelas populações, através dos seus técnicos, mas não podem deixar de censurar uma postura que conduz à duplicação de funções e ao dispêndio pouco racional de dinheiros públicos, considerando o Estado no seu conjunto. -----

**AÇÃO SOCIAL – APOIO À ASSOCIAÇÃO “MUNDO DA LUA” –**

Presente a seguinte proposta: “Na reunião da Câmara Municipal de 19 de Abril de 2012 foi votada uma proposta de apoio à Associação “Mundo da Lua”, IPSS com sede na Rua Paulo VI, freguesia de Urgezes, inscrita na base de dados do RMISG com o nº 508529280/12, no valor de €20 000,00 (vinte mil euros) para a realização de obras nas suas instalações. A proposta foi apresentada sem a necessária declaração de compromisso,

prevista na Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Consultado o Departamento Financeiro, foi verificado não existirem fundos disponíveis para dar sequência à proposta, pelo que proponho que seja revogada a deliberação de 19 de Abril último". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a revogação da deliberação da reunião da Câmara Municipal de 19 de Abril que atribuiu à Associação "Mundo da Lua" um apoio de 20 000,00€, em consequência da não existência de fundos disponíveis que possibilitem a emissão da declaração de compromisso exigida pela Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro. A referida lei provocou a exigência de uma maior seletividade nos apoios concedidos às instituições sociais, já que não é possível aprovar subsídios, sem a existência de fundos disponíveis, a pagar em momento posterior. Dessa maior seletividade resultou a verificação que a Associação "Mundo da Lua" já foi contemplada anteriormente com um apoio de 20 000,00€ e que, não tendo ainda celebrado com a Segurança Social um acordo de cooperação, tem naturais dificuldades no equilíbrio orçamental dos serviços que presta, com consequências na qualidade dos mesmos, o que não é possível resolver com novo subsídio municipal, que só deverá ser ponderado se a referida associação conseguir estabelecer o acordo de cooperação atrás referido, condição fundamental para a sustentação da sua gestão e qualidade dos serviços prestados". -----



Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O PSD votou contra a proposta de revogação de atribuição do subsídio de € 20.000 pelos seguintes motivos: 1. Com a votação da atribuição deste subsídio à IPSS em causa, a Câmara Municipal criou reais expectativas na instituição de que receberiam esta verba; 2. Tal criação de expectativas gerou, com certeza, algum investimento por parte da IPSS que agora se vê na contingência de não receber uma verba que lhe foi atribuída legitimamente por uma deliberação da Câmara Municipal de Guimarães; 3. Por outro lado, a apresentação de proposta de revogação é apenas mais um exemplo bem demonstrativo de como a maioria socialista governa o município. Atribui subsídios e promete pagamentos sem sequer assegurar previamente a existência de fundos disponíveis para satisfazer o deliberado. A verdade é que, aquando da apresentação da proposta de subsídio, o vereador Domingos Bragança elogiou de forma concreta e aprofundada a instituição e o trabalho nela desenvolvido, o que, por um lado, contraria absolutamente o recuo agora evidenciado, e por outro lado, contraria em absoluto as palavras do Presidente de Câmara ao justificar a retirada do subsídio, palavras estas que, obtiveram estranhamente a anuência do Dr. Domingos Bragança, com o sentido de voto por si exercido; 4. Votamos conta ainda porque a Câmara Municipal manifestou que não apresentará nova proposta de atribuição de subsídio à instituição em causa logo que tenha fundos disponíveis. O que demonstra que esta revogação tem outros contornos que são desconhecidos cujo esclarecimento se solicita; 5. O PSD por entender que a criação de expectativas à IPSS foi gerada por um órgão deliberativo legitimado e por entender que esta forma de atuação da Câmara nas suas mais

diversas intervenções não se coaduna com o exercício de uma gestão responsável dos dinheiros públicos, votará **contra** esta deliberação". -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----